



Para:

TOTAL Moçambique

Av. Julius Nyerere, nr.3412 - Maputo

Att:

Exmo. Sr.

Rob Garret

Director de Desempenho Social

C.C.:

Sr. Pedro Wate

Gestor de Assuntos Comunitários e Sociais

Maputo 13 de Maio de 2020

Ref: 23 /JA/2020

Assunto: Questionamentos **à Total Moçambique**

A Justiça Ambiental - JA! tem vindo a advogar por uma transição justa que abandone as energias sujas, e tem trabalhado activamente contra quaisquer novos projectos de extracção ou queima de combustíveis fósseis. Tal como o projecto de exploração de gás da Total em Cabo Delgado, no norte de Moçambique.

Pesquisas recentes mostram que a indústria do gás tem subestimado os impactos do gás natural nas mudanças climáticas, e cada vez mais especialistas e cientistas estão a comprovar que temos que abandonar totalmente a exploração do gás para termos alguma possibilidade de lidar com a crise climática. Convém lembrar que Moçambique é um dos países mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.

Não obstante, a Total segue em frente com o seu projecto, e os impactos directos associados à indústria extractiva já começaram a devastar vidas e meios de subsistência, com as comunidades locais mais vulneráveis a sentir o peso da tempestade. Por outro lado, as implicações sociais do projecto tem sido especialmente problemáticas devido à priorização dos resultados económicos em detrimento dos requisitos e necessidades sociais.

No âmbito de monitoria do processo de reassentamento e de outras actividades que temos estado a desenvolver no distrito de Palma, temos vindo a constatar inúmeros e graves conflitos no seio das comunidades afectadas pelo projecto LNG, no âmbito do processo de reassentamento desencadeado pelo projecto que a vossa empresa tem estado a desenvolver na Península de Afungi/Palma.

Os conflitos de que falamos estão relacionados com as vossas operações em Cabo Delgado, a relação que têm com os diferentes grupos sociais e estatais, as compensações, a falta de cumprimento dos acordos firmados com as comunidades locais e os mecanismos de articulação pré-

estabelecidos. As reclamações relacionadas com o processo de compensação, que está a decorrer neste momento, são as mais frequentes. Mas não são as únicas. Em muitos casos, estes conflitos criam problemas intra-familiares no seio das comunidades, causam ruptura social e têm gerado acusações e denúncias às autoridades locais.

Para as famílias camponesas e pescadoras que perderam os seus bens e pertences de uma vida inteira, a descoberta do gás roubou-lhes a identidade. Muito do que perderam eram herança dos seus antepassados, e contava a história de várias gerações de uma mesma família. Tudo por conta de um projecto que, porque repleto de falhas nos seus sistemas de tomada de decisão e representatividade, retirou às populações locais o direito ao consentimento livre, prévio e informado, piorou as suas já difíceis condições de vida, e nem sequer lhes fornece as condições estipuladas nos forjados processos de consulta comunitária.

Temos conhecimento que as comunidades afectadas fizeram chegar à empresa inúmeras cartas onde denunciavam a falta de cumprimento de várias cláusulas do contrato. As últimas destas cartas foram enviadas entre Novembro de 2019 e Março de 2020, e como até à data não houve qualquer resposta às questões levantadas, gostaríamos de reiterar tais reclamações, e informá-los sobre alguns constrangimentos que têm vindo a causar conflitos nestas localidades.

Poderão encontrar uma lista das questões levantadas pelas comunidades afectadas pelo vosso projecto no Anexo I (vide abaixo).

Anexamos também uma lista de questões para as quais esperamos uma resposta da Total. Podem encontrá-las no Anexo II (vide abaixo).

É importante salientar aqui que as terras que hoje são ocupadas pelo projecto operado pela Total pertenciam às comunidades locais, e são condição necessária para a sua subsistência. Deixar estas famílias sem acesso a uma área de cultivo e de pesca por todo este tempo é uma violação dos seus direitos humanos mais fundamentais, como o direito à alimentação, a uma moradia condigna, à auto-determinação e à dignidade.

É inaceitável que um investimento tão elevado, que proporcionará lucros de milhões para empresas estrangeiras como a Total, esteja a contribuir para o empobrecimento e opressão das comunidades locais já vulneráveis. Muitos destes impactos e problemas já eram conhecidos antes mesmo do envolvimento da Total, e portanto consideramos bastante problemático que não tenha sido motivo suficiente para desistirem do projecto. Assumirem a responsabilidade que anteriormente era da Anadarko demonstra que a vossa única preocupação é o lucro, e aparentemente não têm qualquer consideração pelo meio ambiente ou pelas populações locais. Muitos dos problemas e impactos já causados pelas infraestruturas de apoio ao projecto do gás não estão a ser devidamente solucionados, e portanto é muito provável que este projecto seja mais um caso flagrante da maldição dos recursos, servindo como um catalisador da instabilidade social, política e económica no nosso continente. Dadas as já inúmeras dificuldades que a vossa empresa está a ter para lidar com estes problemas, é preocupante que estejam ainda a planear expandir os investimentos nas Áreas 3 e 6.

Exigimos que a Total se retire do projecto de exploração de gás em Moçambique.



Anabela Lemos
Directora
Justiça Ambiental

ANEXO I – Conflitos causados pelo projecto de exploração de gás, operado pela Total em Cabo Delgado, e reclamações das comunidades afectadas

1. Críticas ao projecto

Devido à nossa presença constante e permanente no distrito de Palma e nas diversas comunidades afectadas pelo projecto do gás natural, foi-nos possível reunir as seguintes preocupações e denúncias a respeito da forma de actuação da Total e seus parceiros:

- a) Atrasos no pagamento dos acordos de compensações assinados entre a empresa e as famílias afectadas, variando entre 3 a 5 meses de atraso;
- b) Decisões unilaterais de destruir machambas (áreas de cultivo) e outros bens dos moradores locais sem envolver o Comité de Reassentamento e as lideranças locais. As lideranças e o Comité são forçados a resolver os problemas de forma *ad hoc* e improvisada, por não terem sido envolvidos antes. Esta situação tem causado muitos problemas e prejuízos às famílias locais;
- c) Constantes adiamentos ao processo de reassentamento da comunidade de Quitupo, facto que contribui negativamente para a capacidade de reorganização destas pessoas, que precisam de criar e adaptar novas condições para a sua sobrevivência;
- d) Atrasos na atribuição dos terrenos para machambas (hortas) ainda não registadas pelo projecto, razão que tem contribuído para que algumas famílias percam as suas terras, que acabam por ser registadas em nome de outra pessoa;
- e) Existência de graves fragilidades nos mecanismos de comunicação adoptados, caracterizados pela falta de transparência e falta de comunicação regular entre os proponentes do projecto e as comunidades;
- f) Inexistência ou ineficácia de mecanismos de prevenção da corrupção e de promoção de uma governação transparente por parte da empresa, uma vez que indivíduos que ocupam cargos relevantes a nível das autoridades locais estão a usufruir de regalias e benefícios em proveito pessoal. A passividade da empresa perante estas situações sugere que poderá estar a tirar benefício destas fragilidades.

2. As compensações pela perda dos meios de subsistência

O comportamento da Total, e dos seus parceiros, desde o início deste projecto, tem se caracterizado por uma grande urgência em realocar as populações locais de forma a avançar com a exploração do gás o mais rápido possível. Não foram, portanto, criadas as condições justas para que as famílias pudessem ser reassentadas de forma digna e com a sua subsistência garantida.

Hoje deparamo-nos com vários problemas que podiam ter sido evitados. Por exemplo, as negociações com vista a adquirir as terras de compensação nas comunidades de Senga, Monjane e Macala, que começaram em meados de 2018, ainda estão em curso. Esta demora ou falta de compromisso com a questão tem causado muitos constrangimentos para as populações que necessitam de terra para cultivar.

A aldeia de Senga, em particular, já cedeu parte das suas terras para a construção da vila do reassentamento, e actualmente esta aldeia tem sido o local de referência na busca por terra por parte

de diferentes empresas – incluindo a Total, outras empresas que prestam serviços à Total, e demais indústrias prestadoras de serviços para a indústria do gás. Esta pressão sobre as terras da comunidade da Senga tem estado a criar inúmeros conflitos e está a deixar a comunidade hospedeira sem terras para cultivo.

De igual descaso é o problema em torno das áreas de pesca para os pescadores locais. Sabemos que foi disponibilizado transporte para levar os pescadores para as novas áreas de pesca, entretanto, tem sido praticamente impossível conciliar as metodologias de pesca artesanal com os horários deste transporte. Há pescadores que preferem pescar durante a noite, ou de madrugada, e os melhores horários para pescar em função do tipo de marisco, ou dos momentos de reprodução das espécies, variam, e portanto são factores que precisam de ser considerados. Não existe outra forma justa de fazê-lo: o que os pescadores pedem é que sejam realocados num local semelhante ao que viviam, com as mesmas condições de acesso ao mar.

Por outro lado, as compensações monetárias têm chegado às famílias afectadas de forma bastante deficitária, além de a estas estarem imputadas diversas taxas e despesas referentes aos movimentos bancários. Os levantamentos, na maioria das vezes, não podem exceder os 20 mil meticais no mesmo dia. Além disso, o cheque avulso custa 370 meticais, são 150 meticais para reconhecer a impressão digital no notário, e 100 meticais a pagar às estruturas locais para emitir uma declaração do bairro. Ou seja, pode ser necessário dispendir um total de 620 meticais por cada levantamento efectuado (cerca de 10 USD), o que é uma despesa extremamente alta para as populações locais.

Acreditamos que a Total tem a obrigação de intervir para resolver esta situação, uma vez que foram vocês a definir qual seria o parceiro a implementar este processo de compensações, e não as partes afectadas. É necessário proceder à reavaliação da metodologia de levantamento dos valores, de forma a não menosprezar as despesas financeiras associadas aos levantamentos, e é necessário levar em consideração o processo moroso e burocratizado pelo qual as pessoas têm de passar para levantar o seu dinheiro, podendo durar 2 ou 3 dias.

3. Problemas com os processos democráticos e representatividade das comunidades

Ao longo dos últimos anos, têm ocorrido inúmeros conflitos relacionados com o papel das lideranças na negociação dos reassentamentos e compensações das comunidades afectadas pelo projecto do gás natural.

Dada a urgência em identificar terras de compensação para os reassentados, a empresa tem vindo a exercer pressão sobre as lideranças em Afungi, o que coloca os líderes sem saber se cumprem as orientações do governo e da empresa ou os apelos das comunidades. A busca das empresas por mais terra, de forma a compensar as famílias que perderam as suas áreas de cultivo, tem gerado uma pressão muito grande no tecido social das comunidades afectadas. As empresas e o governo têm, por sua vez, exercido uma grande pressão nos líderes locais, secretários de bairro, e régulos, para que convençam os moradores a ceder as suas terras ao “desenvolvimento”. Esta pressão tem contribuído para fragilizar e corromper as estruturas locais, consequentemente comprometendo os processos democráticos e a emancipação social.

A comunidade de Macala já enviou, a 18 de Fevereiro de 2019, uma carta ao provedor de justiça manifestando insatisfação pela colocação de marcos nas suas machambas. Neste sentido, apelamos que a empresa considere as preocupações da comunidade sem correr para cumprir os seus prazos.

Existe também um conflito de lideranças na comunidade de Senga que sabemos ser do conhecimento da empresa. O líder que está a representar a comunidade nas negociações não foi eleito democraticamente e nem conta com a aprovação de boa parte da comunidade. Esta comunidade já informou as autoridades locais sobre esta questão, que permanece não resolvida.

Os Comités de Reassentamento não tem alcançado o objectivo para o qual foram criados, pois existe uma grande falta de confiança entre a comunidade e os membros dos Comités. Muitas famílias afectadas pelo projecto têm criticado o modelo de funcionamento dos Comités de Reassentamento de Palma-sede e de Quitupo, acusando-os de favorecer umas famílias em detrimento de outras e não representar devidamente os interesses da comunidade. Também foram denunciados inúmeros casos de trocas de favores (cobranças diversas) por parte dos membros dos Comités, aproveitando-se indevidamente da sua posição.

Este tipo de conflitos poderiam ter sido drasticamente reduzidos caso tivessem sido implementadas antecipadamente medidas concretas para fortalecer o tecido social destas comunidades, contribuindo para que todas as negociações ocorram de forma transparente, inclusiva, justa e democrática.

4. Presença militar

Temos consciência da situação de instabilidade na zona norte de Cabo Delgado e as suas diversas implicações negativas. Acreditamos que esta seja a razão pela qual as diferentes equipas da Total e alguns prestadores de serviços se façam acompanhar por uma escolta militar. No entanto, é preciso levar em conta que a presença de militares armados intimida as pessoas, mesmo que não estejam a actuar ou falar de forma particularmente intimidante. Acreditamos que devem ser revistos os critérios a respeito de quais eventos os militares podem estar presentes, como se posicionam e a que distância devem estar. A segurança deverá ser buscada sem colocar em causa o direito à liberdade de expressão e circulação das pessoas.

Por outro lado, está legalmente estabelecido que as forças militares e outras entidades não podem ser fotografadas sem as devidas autorizações, portanto a presença militar nas consultas comunitárias ou outras reuniões limita o registo fotográfico destas sessões, para além de outros constrangimentos que são inerentes à sensibilidade das actividades militares.

5. Mecanismos de protecção a grupos vulneráveis

Temos estado a acompanhar casos de crianças órfãs, mulheres, viúvas e pessoas idosas que estão a ser vítimas de marginalização económica dos bens que elas próprias herdaram ou foram adquirindo ao longo da sua vida, perpetrada pelos seus representantes legais.

Temos recebido também várias reclamações apresentadas pelas mulheres nas comunidades afectadas pelo projecto. Na sua maioria, estes conflitos têm sido motivados pela forte influência das práticas costumeiras na comunidade, tais como a poligamia, e o monopólio de homens que registam os bens das suas esposas em seu nome. Os homens, muitas vezes, detêm o título sobre os seus bens, os bens das suas esposas e os bens de herança familiar, e as compensações são calculadas como um pacote. As mulheres são invariavelmente o elo mais fraco, acabando por não ficar com nada e vendo a família do marido a repartir os bens entre si. Por outro lado, no conjunto das machambas possuídas pelos agregados familiares, os homens são responsáveis e donos das machambas e das culturas de rendimento, tais como coqueiros, mangueiras, cajueiros e outras árvores de frutas; enquanto que as mulheres são responsáveis pelas machambas que possuem culturas padrão, isto é,

que tenham culturas temporárias de baixo valor económico, como é o caso das mandioqueiras e outras culturas de pequeno porte. Muitas vezes, estas culturas padrão não são sequer compensadas.

Sabemos que estes casos têm sido informados à vossa empresa através dos mecanismos de reclamações existentes. No entanto, estes casos continuam a ocorrer, o que constitui uma grande preocupação uma vez que estes bens são a base económica e de sobrevivência destas camadas vulneráveis.

6. Exacerbar de maus hábitos, vícios e negociatas

A correlação entre as altas compensações monetárias recebidas por alguns membros da comunidade e a falta de ocupação nas machambas ou na pesca tem vindo a exacerbar os maus hábitos e vícios, como o álcool e o tabaco, de alguns moradores da vila de reassentamento. Inúmeros oportunistas têm estado também a manipular e ludibriar os reassentados para que vendam as suas casas ao desbarato, ou invistam em negócios dúbios.

Esta situação está a fragilizar o tecido social das comunidades e a criar tensões sociais e conflitos intra-familiares, aumentando a ocorrência de casos de violência doméstica, em particular contra mulheres, crianças e raparigas, e outros comportamento abusivos e agressivos.

7. COVID-19 e a fragilidade do sistema nacional de saúde em Moçambique

É de conhecimento de todos que o sistema de saúde em Moçambique é deficitário, que existem enormes carências de pessoal médico e de infraestruturas adequadas, existem poucos leitos e poucos hospitais, principalmente nas zonas rurais como Palma. É também de conhecimento geral que existem inúmeras clínicas privadas no país, e que estas não estão ao alcance da larga maioria dos Moçambicanos.

As comunidades rurais em Moçambique estão relativamente seguras contra epidemias como a do COVID-19, que originam em outros locais e são rapidamente propagadas pelo mundo devido à globalização, uma vez que estão mais ou menos desconectadas das cidades, e não têm contacto com viajantes internacionais. O facto de haver pouquíssimos casos de COVID-19 confirmados fora das grandes cidades vem corroborar este facto.

Com o projecto de LNG em Palma, tem se verificado uma enorme afluência de estrangeiros e moçambicanos provenientes de outras regiões nessa zona. Acreditamos que qualquer empresa transnacional que desenvolva actividades em Moçambique deve garantir que todos os seus funcionários, tanto estrangeiros como nacionais, estão conscientes do contexto sócio-económico do país e das debilidades aqui existentes. Quando a epidemia do COVID-19 começou, a Total deveria, portanto, ter garantido medidas de protecção e segurança que impedissem que os seus funcionários que tivessem viajado para o estrangeiro, principalmente para locais com grandes números de infectados, contribuíssem para a propagação do vírus numa região onde as consequências disto poderiam ser catastróficas.

Em conformidade com as orientações do governo na altura, a Total deveria ter implementado uma política rígida de isolamento social de 14 dias para qualquer funcionário que tivesse viajado para áreas de risco, reduzindo assim as probabilidade de infectar outros funcionários ou membros das comunidades locais. No entanto, estas precauções não foram tomadas em tempo adequado, e as informações mais recentes relatam que pelo menos 59 casos da doença em Moçambique têm origem no acampamento da Total em Afungi.

Numa situação como a da actual pandemia, poucos são os profissionais de saúde ou equipas de

epidemiologistas com algum conhecimento de testagem e tratamento do COVID-19 no nosso país. Neste momento, a concentração dos esforços das equipas de saúde está em Afungi, colocando maior fragilidade nas capacidades de testagem em outros pontos do país. Temos conhecimento que a Total disponibilizou apoio para a testagem massiva dos seus colaboradores, porém, preocupa-nos o facto da comunidade de Palma ter estado repetidamente em contacto com tais colaboradores e não estar a ser abrangida por estes esforços de testagem.



Anabela Lemos
Directora
Justiça Ambiental

ANEXO II – Questões para a Total

Tendo em conta as preocupações apresentadas acima, na carta e no Anexo I, gostaríamos de solicitar à Total uma resposta cabal, detalhada e objectiva às seguintes questões:

- Como justificam a vossa insistência na exploração de um combustível que tanto contribui para a crise climática, que já está a tirar tantas vidas, principalmente em países como Moçambique?
- Quais são as medidas que têm sido tomadas por parte da empresa para, por um lado, reduzir as tensões sociais que existem actualmente, e por outro, evitar que o vosso projecto resulte no deteriorar das condições de vida das famílias locais?
- Nenhuma das famílias reassentadas, até hoje, recebeu as suas terras para machamba e produção alimentar. Qual é o motivo deste atraso? A Total está ciente que a situação actual imposta a estas famílias inviabiliza a sua sobrevivência e subsistência?
- Ainda estão em curso (desde 2018) as negociações com vista a adquirir as terras de compensação nas comunidades de Senga, Monjane e Macala. Quanto tempo mais será necessário para terminar estas negociações?
- Tendo em conta os conflitos existentes em torno da representatividade das lideranças na comunidade de Senga, quais são as medidas concretas que a empresa está a tomar para garantir que a situação não continua a enveredar por um caminho de ruptura social e conflito exacerbado?
- Que medidas estão a ser tomadas pela empresa de forma a proteger os direitos e interesses dos grupos sociais mais vulneráveis?
- Qual é o vosso plano de acção, em conjunto com as demais partes envolvidas (governo local, os comités de reassentamento, sociedade civil), para alcançar uma efectiva redução na ocorrência dos diversos problemas aqui explanados?
- Que medidas foram tomadas *a priori* (antes da confirmação do primeiro caso de COVID-19) dentro das instalações da empresa para evitar a propagação da doença?
- Quando é que irão alargar o esforço de testagem massiva do COVID-19 às comunidades locais, que foram expostas a esta doença pelos trabalhadores da Total?
- Tendo em conta a vulnerabilidade das comunidades locais face à pandemia COVID-19, que medidas concretas a empresa está a tomar para evitar que os seus funcionários de limpeza, cozinheiros(as) e demais prestadores de serviços básicos, que todos os dias transitam entre a empresa e as suas comunidades, não sejam infectados pelo vírus?
- Sabemos que a 8 de Abril, isto é, 6 dias após a descoberta dos primeiros casos de COVID-19 nos trabalhadores da Total, a empresa decidiu encerrar parte das actividades, embora outras continuem a decorrer. Em relação a esta semi-paralisação, gostaríamos de solicitar os seguintes esclarecimentos:
 - Quais são os sectores da empresa que estão em funcionamento durante o Estado de Emergência?
 - Por que razão estas actividades não podem ser interrompidas?
 - Quais são as medidas de protecção e higiene implementadas e qual é o nível de protecção dos funcionários que estão a trabalhar em tais actividades?

- Como pode a Total afirmar-se “comprometida com o respeito aos Direitos Humanos, em qualquer lugar onde opere”, tendo em conta o agravamento das condições sociais causado pelos seus projectos, principalmente para as populações mais vulneráveis e desprotegidas?



Anabela Lemos
Directora
Justiça Ambiental

JA! JUSTIÇA AMBIENTAL
Rua Kamba Simango N° 184 Maputo
Contacto: 82 3061275 / 21 496668
E-mail: jamo2010@gmail.com
